



Política Econômica e Ajuste Fiscal:

A Receita Universal do Capital Financeiro e da Direita¹

Luiz Filgueiras²

Ao longo do primeiro Governo Dilma (2011-2014), a economia brasileira entrou numa trajetória oposta a do segundo Governo Lula: o seu ritmo desacelerou e as taxas médias de crescimento do PIB reduziram-se drasticamente (de 4,5% para 2,1% ao ano) e a taxa de inflação elevou-se (de 5,9% para 6,4%), embora ainda mantendo-se dentro da meta. Apesar disso, a taxa de desemprego caiu de 6,7% para 4,8% da população economicamente ativa, atingindo o seu menor nível histórico.

Na esfera das finanças públicas, que é a que mais interessa ao capital financeiro, o superávit primário, que foi de 2,2% do PIB em 2010, transformou-se em um déficit de 0,6% em 2014, enquanto o déficit nominal (quando se inclui os juros da dívida) que havia sido de 2,4% do PIB atingiu 6,3%. Por isso, a dívida pública como proporção do PIB voltou a crescer em 2014 (34,1%), depois de cair sistematicamente desde 2003. A defesa, pelo capital financeiro, da “inevitabilidade” do ajuste fiscal diz respeito a esses números, ou seja, a transferência de recursos para o pagamento de juros, em 2014, não foi suficiente para reduzir ou estabilizar a dívida pública como proporção do PIB.

Mas o problema fundamental, ao longo do primeiro Governo Dilma, que condiciona todos os demais, foi o fato das contas externas do país terem se deteriorado continuamente: a balança comercial evoluiu de um superávit de US\$ 30 bilhões para um déficit de US\$ 4 bilhões, enquanto o déficit da conta de renda e serviços elevou-se de US\$ 70,3 bilhões para quase US\$ 89 bilhões, como consequência o déficit da conta de transações correntes passou de US\$ 52 bilhões para mais de US\$ 90 bilhões.

Essa relativa deterioração do quadro macroeconômico ocorreu apesar da política econômica implementada ter sido, essencialmente, a mesma da adotada no segundo Governo Lula. Qual o significado dessa reversão de trajetória e por que isso aconteceu?

¹ Finalizado em 07/09/2015.

² Professor Titular da Faculdade de Economia da UFBA.

A resposta da direita econômica é taxativa: a culpa foi da política macroeconômica e das políticas sociais irresponsáveis, que produziram concomitantemente déficit orçamentário do Governo e, ao sustentarem a demanda global da economia artificialmente, juntamente com a redução da taxa de juros, estimularam o crescimento da inflação. Adicionalmente, essas políticas teriam desestimulado a poupança interna e, desse modo, os investimentos; tudo isso combinado levou à desaceleração da economia. Portanto, a sua conclusão é óbvia: o problema é o Estado, os gastos do Governo; devem-se retomar as políticas fiscais e monetárias “austeras”, para que haja reequilíbrio das contas do Governo, redução da demanda global e estímulo à poupança interna. Desse modo, no momento seguinte, depois de algum sofrimento (para quem?), a inflação cairá, a poupança crescerá, serão retomados os investimentos e a economia voltará a crescer.

No entanto, o aumento da inflação que vem ocorrendo não decorre de uma demanda global excessiva; ao contrário, a desaceleração da economia, com o PIB apresentando taxas de crescimento menores (média de 2,1% ao ano nos últimos quatro anos e pífios 0,1% em 2014), é a evidência que essa demanda caiu. Na verdade, os preços que têm empurrado a inflação para cima são os chamados preços administrados pelo governo que não têm relação com a demanda, assim como os preços que são influenciados pelo câmbio e os preços influenciados momentaneamente por circunstâncias climáticas. Em nenhum dos três casos, a elevação da taxa de juros e os cortes nos gastos do governo têm capacidade de afetá-los diretamente e no curto prazo.

Na verdade, com o recrudescimento da recessão, a quebra de pequenas empresas, o aumento do desemprego e o retorno da valorização cambial propiciado pela elevação da taxa de juros - com a entrada de capitais estrangeiros especulativos, essa política acaba por impor uma mudança nos preços relativos e traz a inflação para dentro da meta inflacionária. Na verdade, o que controla os preços é um câmbio valorizado, à custa da elevação da dívida pública e da competitividade internacional da economia brasileira - que estimula o processo de desindustrialização do país. Daí o processo de reprimarização da economia ter se acentuado na última década e meia.

Do mesmo modo, não são os gastos primários do governo a razão fundamental do déficit público; é só olharmos para a estrutura do orçamento: quase 44% do seu total se destina ao pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações); em contrapartida, apenas um pouco mais de 4% para saúde e um pouco mais de 3% para a educação. Quando se observa que o gasto com a Previdência ocupa o 2º lugar do gasto

orçamentário (quase 22,5%), entende-se a ideia fixa do capital financeiro em bombardear a Previdência Social e propugnar por sua privatização. O 3º lugar é ocupado pelas transferências para estados e municípios (um pouco mais de 10%). O montante individual das demais rubricas do orçamento é insignificante; em geral não chega a 1%, como, por exemplo, Ciência e Tecnologia (0,34%), Organização Agrária (0,11%), Saneamento (0,04%) e Habitação (0,01%).

A composição do déficit público nominal em 2014 aponta na mesma direção: o seu total foi de 6,7% do PIB, enquanto o déficit primário foi de 0,63%; isso significa que o montante dos juros da dívida pública correspondeu a mais de 6% do PIB, ou seja, correspondeu à quase totalidade do déficit público nominal. Desse modo, fica evidente que os gastos financeiros com a dívida pública são decisivos para o resultado final das contas públicas. Em 2014, o setor bancário, ao contrário dos demais setores da economia, apresentou lucros crescentes; as três maiores instituições obtiveram um lucro líquido de R\$ 41,8 bilhões. No entanto, o que incomoda ao capital financeiro é não ter havido superávit primário que permitisse a redução do déficit nominal, com mais transferência de recursos públicos para o pagamento de juros. Para eles o Estado deve priorizar, em primeiro lugar, o pagamento das despesas financeiras e só depois cumprir suas outras obrigações.

Claramente, portanto, a razão fundamental da fragilidade financeira do Estado é a chamada dívida pública, que só faz crescer, porque já há muito tempo se descolou e não depende, principalmente, das contas primárias do governo; ela ganhou autonomia, tem um movimento próprio, que amplia o seu montante permanentemente e que está associado à abertura financeira - entrada de capitais estrangeiros especulativos. O ajuste fiscal não tem capacidade de resolver o problema, simplesmente porque a dívida é recriada permanentemente na relação do governo com os mercados financeiros. O que o ajuste fiscal faz é transferir uma parcela maior das receitas do governo para o capital financeiro; por isso é que o ajuste fiscal passou a ser uma política permanente da direita.

Quando, por uma conjuntura específica, se relaxa o superávit fiscal primário para que o Estado financie um pouco mais os gastos sociais e as atividades produtivas, a chamada economia real, o problema reaparece e as pressões aumentam em virtude do crescimento da dívida pública como percentual do PIB. O superávit primário, mesmo representando elevados percentuais do PIB, como deseja o capital financeiro e como ocorreu no segundo Governo FHC e no primeiro Governo Lula, não é suficiente para pagar os juros da dívida; por isso ela cresce em termos absolutos permanentemente. E

para que ela não cresça também como proporção do PIB é necessário um permanente ajuste fiscal, porque é necessário um permanente superávit primário elevado.

Não se pode deixar iludir; o papel do ajuste fiscal não é “sanear” as finanças públicas, como foi no passado, quando o padrão de desenvolvimento era hegemônico pelo capital industrial. Esse tipo de política não tem mais essa função nem capacidade, o seu papel é garantir a transferência permanente de recursos públicos e de renda das atividades produtivas para a especulação financeira, da população em geral para os mais ricos. Na verdade, se trata de ajustar todas as demais despesas do Estado em função do aumento da despesa financeira; daí os cortes das despesas primárias, sem redução das despesas com o serviço da dívida. O ajuste tem, claramente, um caráter de classe: é uma escolha a favor do capital, em especial do capital financeiro, e dos mais ricos; e contra os trabalhadores, em especial seus segmentos mais fragilizados. A natureza das medidas provisórias 664 e 665, já aprovadas no parlamento, é clara: elas atingem diretamente os direitos dos desempregados, dos trabalhadores afastados por doença e dos pensionistas.

Não se pode aceitar nem muito menos legitimar esse tipo de política, porque, além de sua iniquidade social, isso significa conviver no longo prazo, e não apenas no curto prazo como querem fazer crer os seus defensores, com taxas de crescimento diminutas ou medíocres, taxas de desemprego elevadas, deterioração dos serviços públicos, balcanização do Estado pelo capital financeiro e políticas sociais limitadas com caráter meramente compensatório. Em suma, é aceitar que as coisas permaneçam, fundamentalmente, como estão, cuja síntese se expressa em um país que, apesar de ter um produto que é o sétimo ou sexto do mundo, se caracteriza por ter uma das maiores concentrações da propriedade e da renda.

Adicionalmente, os efeitos de cada ajuste fiscal não são apenas de curto prazo como querem fazer crer os seus defensores, ao afirmarem que uma vez “saneada”, a economia retoma o seu crescimento sustentado. Os seus efeitos são de longo prazo, afetam a trajetória de desenvolvimento da economia, porque, entre outras consequências, queima capacidade produtiva instalada, estimula a especulação financeira e alimenta a cultura rentista, precariza e destrói a força de trabalho, piora os serviços públicos, retira a capacidade de financiamento do Estado e o torna mais frágil financeiramente.

A falácia e o engodo também caracterizam a ideia ortodoxa de que para existir investimento é necessária a existência de uma poupança prévia e que, para isso, é preciso que a taxa de juros seja elevada para estimular o poupador; esse raciocínio é

completamente falso, pelas seguintes razões: 1 - Os investimentos produtivos são realizados em função, fundamentalmente, da existência de mercados e de sua expansão, ou seja, em função das expectativas de vendas e lucros por parte dos capitalistas. 2 - Os bancos, por sua vez, disponibilizam poder de compra (empréstimos) para a realização desses investimentos cujo montante não guarda correspondência estrita com seus depósitos (poupança) prévios; ao contrário, como é típico do capitalismo, os bancos, os empresários e até as famílias e os “consumidores” atuam de forma alavancada, isto é, para conseguirem poder de compra antecipado, anterior à geração da renda, se endividam. 3 - Elevadas taxas de juros, além de outros efeitos deletérios, apenas estimulam a poupança financeira, desviando recursos que poderiam ser dirigidos à produção; a relação dessa poupança financeira com o investimento não é automática, nem direta e nem imediata. Ao contrário, por reduzir a demanda efetiva, é um desestímulo para o investimento produtivo. 4- As elevadas taxas de juros apenas alimentam o rentismo e a especulação financeira, com a transferência de renda e riqueza da sociedade para o capital financeiro: nesse momento, o governo brasileiro está pagando 13,75% de taxa de juros, depois que troca os dólares que entram no país por títulos da dívida pública; esses dólares, por sua vez, estão aplicados em títulos do Tesouro dos EUA que estão pagando 0,25% pelo empréstimo. É uma transferência assombrosa de recursos públicos para o capital financeiro, que parasita e chantageia o Estado.

Por fim, o bordão da direita de que “o Estado deve, da mesma forma que uma família, só gastar o que arrecada” é absolutamente ridículo; o Estado é uma instituição, por várias razões, de natureza completamente distinta da família e, mesmo assim, as famílias, conforme já mencionado anteriormente, também não gastam apenas o que ganham. As famílias, do ponto de vista econômico, se constituem em unidades de reprodução e de consumo. O Estado está no centro do poder político, de dominação de classe e, ao mesmo tempo, expressa a dinâmica da luta de classes em cada momento. Além disso, o Estado está no centro do processo de acumulação capitalista, participando direta e indiretamente dele - influenciando e sendo influenciado pelas vicissitudes desse processo. As políticas econômicas sempre expressam uma determinada correlação de forças e variam o seu escopo e alcance conforme a etapa do ciclo econômico. Os superávits ou déficits públicos, assim como a dívida pública, sempre fizeram parte da

dinâmica do capitalismo em todas as latitudes; o que é novo é o fato de que hoje essa dinâmica está subsumida aos ditames e movimentos do capital financeiro.

Em resumo, além de uma política deletéria do ponto de vista produtivo e social, o ajuste fiscal é, na verdade, um permanente processo de “enxugar gelo”; ele necessita ser implementado permanentemente, caso contrário o problema retorna, inexoravelmente. É um eterno retorno; os problemas estruturais permanecem, a pobreza continua existindo, a concentração de renda não se altera no fundamental, o mercado de trabalho se precariza, mas os ricos ficam mais ricos.

A alternativa imediata a esse estado de coisas, ainda dentro da ordem capitalista e de uma condição de país dependente, exige a inversão da lógica do ajuste fiscal, com a aglutinação das forças sociais adormecidas que são objetivamente contrárias a essa política.

O eixo fundamental dessa ação defensiva, com o intuito de acumular força política para mudanças sociais mais profundas, deve ser no sentido de combater a inflação e a fragilidade financeira do Estado com aumento da produção, a penalização do capital financeiro e a implementação ou sinalização da implementação de reformas cruciais, com a adoção, entre outras, das seguintes medidas imediatas: controle do fluxo de capitais, elevação da taxa sobre as operações financeiras, aumento do imposto sobre herança, regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas inscrito na Constituição desde 1988, alteração do imposto de renda com a criação de mais alíquotas que de fato o tornem progressivo, redução da taxa de juros e do superávit fiscal primário - reduzindo o crescimento da dívida pública e redirecionando os recursos para obras públicas de extrema importância (saneamento básico e mobilidade urbana).

A correlação de forças imediata é favorável à implementação dessas e outras propostas mais profundas? Não, e nunca vai ser, se não ousarmos reivindicá-las e não tentarmos operacionalizá-las. As forças sociais que serão beneficiadas com essa nova política são a maioria da população e também são sujeitos da correlação de forças; não podem ser meros espectadores, precisam ser mobilizadas para acreditarem em sua força e em seu potencial político. Mas para isso é imprescindível que existam lideranças e vanguardas que acreditem que isso é necessário e possível de ser feito, e que tenham a disposição e coragem de dirigirem o processo.

A lição recente propiciada pela capitulação da Presidente da República ao capital financeiro e às forças de direita é um exemplo paradigmático de como nossas ações,

para o bem ou para o mal, interferem na correlação de forças no curto prazo. Outro exemplo é o da recente mobilização dos sindicatos e demais forças sociais contrárias ao projeto de lei 4330 que generaliza e permite a terceirização em qualquer tipo de atividade: aprovado inicialmente na Câmara de Deputados em primeira votação com grande folga, quase foi rejeitado na segunda votação, criando outra situação para a sua tramitação no Senado. As manifestações de rua contrárias, a denúncia e listagem dos deputados que votaram a favor e a ameaça de uma greve geral foram decisivas para a criação de outro clima político. A volatilidade política é uma marca do nosso tempo histórico: há uma aceleração dos acontecimentos e as mudanças na correlação de forças acontecem, muitas vezes, com muita rapidez.